

Plenário e comissões iniciam semana de muitas atividades

Na pauta, mudanças no campo trabalhista, área de livre comércio de Brasília e debates sobre efeito vinculante, contrato temporário, trabalho infantil e tecnologia alternativa da borracha

O plenário e as comissões do Senado iniciam uma semana de intensas atividades. Duas matérias trabalhistas estão na pauta do plenário: a votação do projeto de lei que concede adicional de periculosidade para os carteiros e a discussão da emenda constitucional que dá tratamento igual aos trabalhadores rurais e urbanos em relação à prescrição de ações trabalhistas. Outra matéria que será discutida e possivelmente votada esta semana é o projeto de lei que cria a área de livre

comércio de Brasília. Nas comissões, a semana também é de muitas atividades. A Comissão de Justiça, além da extensa pauta, promove debate sobre o efeito vinculante. A Comissão de Assuntos Sociais discute o contrato temporário de trabalho. A CPI do Trabalho Infantil promove duas audiências. A comissão da Amazônia quer conhecer a tecnologia alternativa para produção de borracha natural. E a Comissão de Educação aprecia a questão dos direitos autorais na informática. **Páginas 2, 3 e 4**



Roberto Requião



Wilson Kleinübing



Eduardo Suplicy

Novas convocações e quebras de sigilo na CPI dos Precatórios

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou quarta-feira que a CPI dos Precatórios vai convocar como depoentes os dirigentes do Bradesco, Banestado e Multiple e os presidentes e diretores financeiros de três fundos de pensão, entre eles o Telos - o Fundo de Previdência da Embratel -, cuja diretoria foi demitida na semana passada pelo ministro das Comunicações, Sérgio Motta.

Reunidos à noite para programar os trabalhos da CPI nesta semana, Suplicy, o rela-

tor Roberto Requião (PMDB-PR), Wilson Kleinübing (PFL-SC) e José Serra (PSDB-SP) decidiram também que a CPI deverá determinar a quebra do sigilo bancário de todos os secretários da Fazenda ou de Finanças dos estados e municípios que emitiram irregularmente títulos para pagamento de precatórios, entre 1995 e 1996. São os estados de Alagoas, Santa Catarina e Pernambuco e os municípios de São Paulo, Osasco, Campinas e Guarulhos.

A reunião dos senadores,

realizada por orientação do presidente, Bernardo Cabral (PFL-AM), que não pôde comparecer, aconteceu na sala da comissão.

Roberto Requião anunciou que pedirá a quebra do sigilo bancário do chefe do Departamento da Dívida Pública do Banco Central.

Kleinübing informou que a CPI reúne-se hoje para deliberar sobre a quebra de sigilo bancário de mais suspeitos de participação nas fraudes na emissão de títulos públicos. **Página 3**

Fogaça e Lucena debatem limites na aposentadoria

O senador Humberto Lucena defende um teto para as aposentadorias no serviço público. Para o senador José Fogaça, porém, mais importante que discutir valores é definir conceitualmente a aposentadoria adequada ao país. **Página 5**

Dutra tem projeto para regular o sigilo bancário

Líder do Bloco Oposição garante que sua proposta, já em condições de ser votada, é idêntica ao projeto que o governo federal anunciou recentemente. A matéria já foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Página 8**

ATIVIDADES EM PAUTA

CCJ vai ouvir Pertence sobre emenda do efeito vinculante

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), presidida por Bernardo Cabral (PFL-AM), vai reunir-se na próxima quarta-feira para ouvir o presidente do Supremo, ministro



Bernardo Cabral

José Paulo Sepúlveda Pertence, sobre a proposta de emenda constitucional que trata do efeito vinculante às decisões sumuladas do Supremo Tribunal Fe-

deral, de autoria de Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB).

A audiência pública será realizada às 11h, imediatamente após a reunião ordinária da comissão, que se inicia às 10h. Bernardo Cabral disse que a CCJ deverá ouvir nas reuniões seguintes, no mesmo horário, outras autoridades do Judiciário e juristas de renome. O relator é Jefferson

Peres (PSDB-AM).

Para a reunião ordinária, a CCJ tem uma extensa pauta, na qual figura a proposta de emenda constitucional de autoria de Sebastião Rocha (PDT-AP), que inclui no Ato das Disposições Transitórias, em matéria referente a plebiscito em 1998, a possibilidade de manutenção ou extinção do voto obrigatório e o acolhimento ou não da reeleição de mandatários a cargos executivos.

Mercosul é tema de audiência com Lampreia

A Seção Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul realizará audiência pública na próxima quarta-feira, às 15 horas, para ouvir exposição do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, sobre "Mercosul, Alca e União Européia".

A reunião será no Plenário nº 3 da Câmara dos Deputados. A representação brasileira é composta por oito senadores e igual número de deputados.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (1º.04)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: *Requerimento nº 1.134/96, que solicita, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 87/96, que dispõe sobre proteção, pelo Estado, de vítima ou testemunha de crime; e *Requerimento nº 208/97, que solicita, nos termos regimentais, dispensa do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o PLS nº 133/96, que dispõe sobre a participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios na implantação da reforma agrária, cujo prazo para seu proferimento se encontra esgotado.

Quarta-feira (02.04)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: *PLS nº 110/94, que concede adicional de periculosidade aos carcereiros, alterando o art. 193 da CLT; *PLS nº 258/95, que cria área de livre comércio no Distrito Federal; e primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 64/95, que uniformiza o prazo prescricional nas ações trabalhistas, tomando-o quinquenal para trabalhadores urbanos e rurais. OBS.: Durante a sessão serão eleitos o presidente e o vice-presidente do IPC.

Quinta-feira (03.04)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: *PLC nº 59/94, que dispõe sobre o prazo de publicação, pela Secretaria da Receita Federal, dos modelos de declaração do imposto de renda; e segundo dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 64/95.

COMISSÕES

Terça-feira (1º.04)

15h - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Exposição do presidente do IBGE, Simon Schwartzman; e do presidente da Contag, Francisco Urbano Araújo Filho.

Quarta-feira (02.04)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 53/95, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; *PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; *PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; *PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; *PEC nº 35/96, que regula a disciplina partidária; *PEC nº 42/95, que dispõe sobre a competência privativa da Câmara dos Deputados para ter a iniciativa de leis que instituem ou aumentem impostos; *PEC nº 20/96, que altera a nomenclatura de vereador para deputado municipal; *PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo;

*PEC nº 7/96, que determina que terá início pelo Senado a discussão e votação dos projetos que interferiram nas relações federativas; *PEC nº 52/95, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; *PEC nº 35/95, que estabelece adaptações na organização do Ministério Público, corrigindo tendências concentradoras que se revelaram incompatíveis e institucionalmente prejudiciais, em termos de eficiência operativa; *PEC nº 24/96, atribuindo competência legislativa concorrente à União, estados e Distrito Federal em matéria de Direito Penal e Processual Penal; *PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; *PEC nº 12/96, que cria tribunais regionais federais; Matérias terminativas: *PLS nº 84/95, que altera o art. 118 da Lei nº 5.682/71 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos); *PLS nº 07/96, que dispõe sobre o sistema de proteção aos credores e devedores; e *PLS nº 13/95, que dispõe sobre a instituição de cota mínima de 20% das vagas das instituições públicas de ensino superior para alunos carentes. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Audiência pública com o presidente do Supremo Tribunal Federal - STF, ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, para instruir a PEC nº 54/95, que trata do efeito vinculante. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

15h - Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Pauta: Exposição do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, sobre "Mercosul, Alca e União Européia". Plenário nº 3 da Câmara dos Deputados

18h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação do *PLC nº 93/96 (não terminativo), que dispõe sobre o contrato temporário de trabalho por prazo determinado. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Quinta-feira (03.04)

10h - Comissão Temporária destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia

Pauta: Exposição do coordenador do Projeto de Tecnologia Alternativa para Produção de Borracha Natural - UnB, Floriano Pastore. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

12h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 94/96 (terminativo), que regulamentaria, em consonância com o disposto no art. 37, parágrafo 1º, da Constituição federal, a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos; *PLS nº 230/96 (terminativo), que inclui, nos currículos do ensino fundamental e médio, conteúdos sobre direitos da criança e do adolescente e sobre como defender-se de violência sexual; *PLS nº 131/96 (terminativo), que dispõe sobre a língua brasileira de sinais; *PLC nº 63/96 (não terminativo), que dispõe sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar e do livro didático e ao programa do leite; e *PLC nº 14/96 (não terminativo), que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, e sua comercialização no país. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

ATIVIDADES EM PAUTA

Comissão aprecia direitos autorais na informática

Projeto de iniciativa do Executivo que estende à propriedade de programa de computador a proteção legal já conferida aos autores em geral será examinado nesta quinta-feira

A Comissão de Educação do Senado, presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), deverá se reunir na próxima quinta-feira, às 12h, para examinar extensa pauta. Entre os projetos a serem apreciados está o de iniciativa do Executivo que estende à propriedade intelectual de programa de computador a proteção legal já conferida aos direitos autorais.

Pela proposição, os estrangeiros domiciliados no exterior serão beneficiados pela medida, desde que o país de origem do programa conceda direitos equivalentes aos brasileiros e estrangeiros que morem no Brasil. O projeto determina que o uso de programa de computador no país será objeto de contrato de licença, mas o documento fiscal relativo à aquisição ou licenciamento de cópia poderá servir para comprovação da regularidade do seu uso. Por outro lado, aquele que co-



Artur da Távola

mercializar programa de computador terá, entre outras obrigações, o dever de divulgar, sem ônus adicional, as correções de eventuais erros e assegurar aos usuários a prestação de serviços técnicos. As penas para os infratores são de até dois anos para os que violarem direitos de autor de programa de computador e de até quatro anos para os que fizerem reproduções não autorizadas com finalidade comercial. É relator da proposi-

ção o senador Roberto Requião (PMDB-PR).

A Comissão de Educação também apreciará projeto de autoria da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, para ser utilizada, obrigatoriamente, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente das comunidades surdas do Brasil. A proposição, relatada pelo senador Lauro Campos (PT-DF), prevê a inclusão da matéria, como disciplina optativa para o aluno, nos currículos de formação das áreas de educação especial, fonoaudiologia e magistério.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) será o relator de projeto oriundo da Câmara que dispõe sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar, do livro didático e do leite.

Pela medida, os estados, o

Distrito Federal e os municípios poderão receber recursos para a manutenção desses programas, independentemente de comprovarem estar em dia com suas obrigações junto ao governo federal.

Entretanto, quando forem comprovadas irregularidades na administração ou prestação de contas pelas unidades federativas, os recursos serão transferidos diretamente para as escolas, "sem prejuízo das sanções cabíveis" aos responsáveis pela má aplicação das verbas.

A Comissão de Educação examinará, ainda, projeto de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que regulamenta a publicidade institucional de órgãos públicos e proíbe nessas campanhas a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem, mesmo subliminamente, promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CPI pode quebrar sigilo bancário de novos suspeitos

A CPI dos Precatórios retoma suas reuniões nesta quarta-feira, 2 de abril, devendo deliberar sobre a quebra de sigilo bancário e telefônico de mais suspeitos de participação nas fraudes com emissão de papéis para pagamento de precatórios, informou quarta-feira o vice-relator Wilson Kleinübing (PFL-SC). O relator da comissão, Roberto Requião (PMDB-PR), antecipou que pedirá a quebra do sigilo bancário e telefônico de Jairo da Cruz Ferreira, chefe do Departamento da Dívida Pública (Dedip) do Banco Central.

Requião também quer acausar Jairo com Maria Helena Cella e Pedro Neiva, funcionários da prefeitura de São

Paulo, que trabalharam com Wagner Baptista Ramos nos negócios com títulos. Segundo declarações de Maria Helena, Pedro Neiva gostava de alardear sua amizade com Jairo e, na análise das ligações telefônicas de Fábio Nahoun, dono do banco Vector, foi constatado que esse banqueiro também ligava para o Dedip. Na opinião de Requião, o grupo pode ter agido em conluio.

O relator afastou a hipótese de quebrar o sigilo bancário de todos os contemplados com ligações telefônicas de Fábio Nahoun e Fausto Solano Pereira, dono da corretora Boa Safra. Argumentou que "uma ligação telefônica não significa rigorosamente nada". Referia-se à informação de que dos te-

lefonos do Vector saíram ligações para vários políticos em Brasília e de que, do telefone da Boa Safra, há uma ligação para o cerimonial do Palácio do Planalto. "Isso é rigorosamente nada", repetiu o relator.

Depois de sustentar que é preciso fazer uma depuração das ligações para gabinetes de ministros e de parlamentares, Kleinübing afirmou que só depois disso é que se definirá a nova lista dos que terão o sigilo quebrado. Tão importante quanto isso ele considera a necessidade de ouvir mais uma vez Eduardo Campos, secretário de Fazenda de Pernambuco, que foi mencionado num bilhete em que Fábio Nahoun dava orientações sobre o depoimento de pessoas do seu

grupo que iam depor na CPI.

Kleinübing considera também importante confrontar a corretora Split com a IBF Factoring, para entender a forma de atuação nos negócios de compra de venda de títulos. Conforme o senador, há uma cadeia formada pelas empresas Ativação, IBF e Olimpia, na qual esta última sempre compra por um preço alto. Ele acha que os donos da Split e da IBF têm a resposta para isso. E quer também que a CPI convoque os diretores dos fundos de renda fixa e de fundos de pensão, que foram sempre os tomadores finais, por preços altos, desses papéis. "A declaração de um deles será prova contra todos os demais", disse o senador.

ATIVIDADES EM PAUTA

Plenário vota projetos trabalhistas e área de livre comércio em Brasília

Adicional de periculosidade para carteiros e prazo de prescrição de direitos de trabalhadores rurais devem ser apreciados nesta semana

O plenário do Senado vota nesta quarta-feira (dia 2), em turno único, o projeto de lei da Câmara que concede adicional de periculosidade aos carteiros. A proposta altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho para considerar também como atividades perigosas aquelas desenvolvidas "em condições de risco à integridade física do trabalhador" e para incluir os carteiros entre os beneficiários do adicional de 30% sobre o salário. A proposição recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ainda na quarta-feira, será discutido e poderá ser votado o projeto de lei do senador Lauro Campos (PT-DF) que cria, em Brasília, área de livre comércio de importação e exportação, sob regime fiscal especial, estabelecida com a finalidade de promover atividades produtivas e geradoras de empregos qualificados em Brasília e, em especial, em suas cidades-satélites.

Em parecer de plenário favorável ao projeto, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Valmir Campelo (PTB-DF) apresentou uma emenda, conferindo ao Executivo federal, em articulação com o DF, a responsabilidade pela demarcação das áreas contínuas em que se instalará a área de livre comércio de Brasília, incluindo lugares apropriados para o entrepostamento de mercadorias a serem nacionalizadas ou reexportadas.

Também na quarta, o Senado começa a discutir a proposta de emenda à Constituição do

senador Osmar Dias (PSDB-PR) que dá tratamento igual aos trabalhadores rurais e urbanos em relação à prescrição de ações trabalhistas. Pela proposta, as ações quanto a créditos resultantes das relações de trabalho terão prazo prescricional de cinco anos para todos os trabalhadores, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho. Atualmente, o prazo é de cinco anos para o trabalhador urbano até o limite de dois anos após a extinção do contrato, e de até dois anos após a extinção do contrato para o trabalhador rural.

Segundo Osmar Dias, a ausência de prazo prescricional pretendia privilegiar o trabalhador rural, que tem mais dificuldades do que o urbano para inteirar-se de seus direitos. Na avaliação do senador, entretanto, esse tratamento diferenciado acaba ocasionando mais prejuízos para os empregadores rurais do que benefícios efetivos para os empregados. Isso porque "o trabalho na zona rural, por suas caracterís-

ticas, não deveria ser punido com os custos contábeis da burocratização e da guarda de documentos por prazo indeterminado".

Para o senador, o mercado de trabalho rural sofre em consequência de norma desta natureza, pois os empregadores acabam optando, cada vez mais, pela contratação de avulsos e pela busca de alternativas como parcerias ou arrendamentos. Além disso, a rotatividade da mão-de-obra pode aumentar "na medida em que os empre-

gadores rurais se sintam inseguros a respeito da amplitude dos direitos eventualmente remanescentes num contrato de vinte anos, por exemplo". O parecer da CCJ é favorável à proposta.

Na quinta-feira (dia 3), o plenário do Senado discute, em turno único, projeto de lei oriundo da Câmara que obriga a Secretaria da Receita Federal a publicar os formulários do Imposto de Renda até o dia 30 de janeiro do ano seguinte ao ano a que se referem as declarações.

Proposta em pauta obriga Receita Federal a publicar os formulários do IR até 30 de janeiro

Proteção a testemunha de crime

O plenário do Senado vota amanhã (dia 1º) requerimento do senador Júlio Campos (PFL-MT) para inclusão na ordem do dia do projeto de lei de sua autoria que dispõe sobre proteção, pelo Estado, de vítima ou testemunha de crime.

Também será votado na mesma sessão requerimen-

to do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), solicitando a dispensa do parecer da CCJ sobre projeto de lei do senador José Eduardo Andrade Vieira (PTB-PR) que trata da participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios na implementação da reforma agrária.

Contrato temporário entra em discussão

A Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), promove nesta quarta-feira (dia 2) uma audiência pública para discutir o projeto de lei de iniciativa do Executivo que permite a contratação de empregado por prazo determinado, sem implicar os encargos da atual legislação. O projeto tem como relator o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA).

Serão ouvidos Vicente Paulo da Silva, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Paulo Pereira da Silva, representando a Força Sindical, e Jorge Jatobá, assessor especial do Ministério do Trabalho.

Audiências na CPI do Trabalho Infantil

A CPI do Trabalho Infantil, presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), reúne-se nesta terça-feira (dia 1º), às 15h, para ouvir exposição dos presidentes do IBGE, Simon Schwartzman, e da Contag, Francisco Urbano Araújo Filho.

Schwartzman abordará o levantamento feito a respeito do trabalho dos menores no país durante o último recenseamento, enquanto Urbano falará sobre o trabalho dos menores no Brasil, na área da agricultura.

Durante a reunião, segundo a senadora, será definida a pauta dos trabalhos da CPI para o ano de 1997.

Professor expõe sobre borracha

A Comissão Temporária do Senado destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia recebe nesta quinta-feira (dia 3) o professor Floriano Pastore, da Universidade de Brasília, que proferirá palestra sobre o projeto de tecnologia alternativa para produção de borracha natural. Pastore é coordenador desse projeto.



José Fogaça

Para Fogaça, não é prêmio, mas garantia

O senador José Fogaça (PMDB-RS) defendeu, quarta-feira, que a aposentadoria não seja confundida com um prêmio, pois se trata da "garantia social de que, nos anos de inatividade, os servidores não terão queda no padrão de vida".

Para Fogaça, mais do que discutir valores a serem fixados como teto máximo para a aposentado do setor público, o que importa é definir conceitualmente a aposentadoria adequada ao país.

Quanto ao teto máximo em debate na Câmara dos Deputados, o senador opinou que R\$ 10.800 é um valor elevado "até mesmo para padrões de Primeiro Mundo".

O principal argumento de Fogaça é o de que uma possível redução de poder aquisitivo não necessariamente implica queda do padrão de vida. Segundo ele, a aposentadoria é culturalmente vista como um prêmio. Daí, a prática no serviço público de os aposentados receberem mais do que na ativa e de se permitir o acúmulo de aposentadorias.

Conforme o senador, esta concepção deve ser revista, pois não é ética nem economicamente adequado estimular os servidores a se aposentar.

- Como nos países desenvolvidos - disse - deve haver um mínimo de desestímulo à aposentadoria, e é inaceitável acumular proventos de fontes diferentes.

Aposentadoria deve ter limite, entende Lucena

Senador sustenta que o Legislativo tem a obrigação de aprovar um teto para este benefício no serviço público, a fim de evitar absurdos

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) sustentou, quarta-feira, que o Congresso tem a obrigação de aprovar um teto para aposentadorias no serviço público do país. "Se ficar sem um teto, continuaremos tendo pessoas com aposentadorias de R\$ 20 mil ou mais, um verdadeiro absurdo num país onde o salário mínimo é tão baixo", disse.

Depois de lembrar que os servidores públicos federais completaram 27 meses sem reajuste de salários, Humberto Lucena afirmou



Humberto Lucena

que o governo "não pode continuar usando o funcionalismo como bode expiatório, em sua política econômica, e deve refletir sobre as dificuldades que os

servidores vêm enfrentando".

Para o senador, o governo usa "duas medidas e dois pesos" na área salarial, por permitir reajuste no setor privado e até em empresas estatais, rejeitando qualquer recomposição no setor público. Humberto Lucena ponderou que os servidores enfrentam dificuldades salariais no mesmo momento em que o governo insiste em aprovar a reforma administrativa, que acabará com a estabilidade empregatícia dos funcionários públicos.

Senadora preocupada com casos de Aids entre as mulheres brasileiras

O governo federal deve implementar a política pública de saúde, e não ficar somente nas cartas de intenções, disse quarta-feira a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), ao alertar para o crescente avanço da Aids entre mulheres brasileiras.

De acordo com a senadora, o Brasil terá, no ano 2000, uma mulher portadora do vírus da Aids para cada homem contaminado, se o número de infectadas continuar aumentando no mesmo ritmo registrado nos últimos sete anos.

- Em 1983, a proporção era de 40 homens com Aids para cada mulher portadora do vírus. Hoje, a proporção é de três homens para uma mulher - afirmou Benedita, que destacou o 8º Encontro Internacional Mulher e Saúde, realizado na semana passada, no Ho-

tel Glória do Rio de Janeiro, com representantes de mais de 70 países.

Segundo a senadora, a *Declaração da Glória*, relatório com as principais conclusões do encontro, recomendou, entre outras medidas, a intensificação do treinamento de profissionais de saúde e o reconhecimento da violência de gênero como problema de saúde pública.

Ela ressaltou que, durante o encontro, constatou-se a ausência da perspectiva de gênero na formulação de políticas públicas de saúde e a necessidade de se implementar as resoluções dos tratados internacionais, como o da Plataforma de Beijing.

- A participação das mulheres continua limitada ao "desenho das políticas" e, na maioria dos países, o que acontece é uma pálida interpretação das decisões interna-



Benedita da Silva

cionais referentes aos direitos das mulheres", comentou - Benedita da Silva.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que o Brasil, ao invés de progredir, está regredindo em termos de saúde pública: "O país passa por um surto de dengue e falta analgésico para aliviar o sofrimento dos doentes".

Ademir diz que garimpeiros de Serra Pelada não aceitarão acordo

Senador prevê resistência à extinção do garimpo no prazo de 90 dias, como querem a Vale e governos estadual e municipal

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse quarta-feira que os garimpeiros de Serra Pelada não participarão da proposta de retomada de negociações com a Companhia Vale do Rio Doce. A proposição resultou de acordo entre a Vale, o governador do Pará, Almir Gabriel, o prefeito e a Câmara de Vereadores de Curionópolis, e prevê a extinção de Serra Pelada, com a desmobilização dos garimpeiros remanescentes no local, no prazo de 90 dias.

- Os garimpeiros de Serra Pelada não participaram do acordo, apesar de a decisão referir-se a eles - frisou.

Para Ademir, é evidente que o governo do Pará busca uma solução para a pendência que



Ademir Andrade

contrapõe os garimpeiros à Vale. No entanto, previu, haverá resistência quando os termos do acordo chegarem ao garimpo de Serra Pelada.

O senador manifestou-se também sobre a reforma administrativa, em discussão na Câmara dos Deputados, para lamentar que as lideranças governistas do PMDB, PSDB e PFL estejam cedendo às pres-

sões de parlamentares e do Judiciário contra a fixação de um teto máximo de R\$ 10.800 para os rendimentos da aposentadoria do setor público.

- O papel do governo, nesse momento, seria esclarecer a opinião pública sobre a razão das resistências dos magistrados e dos parlamentares e forçá-los a um recuo - disse.

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) informou que tramita no Senado projeto de sua autoria impedindo a acumulação de aposentadorias e prevendo a obrigatoriedade de opção por uma das fontes de rendimento. Segundo ela, a proposição está estacionada, talvez pelas mesmas razões que estão impedindo a aprovação de um teto máximo.



Júnia Marise Dimensão do desemprego preocupa Júnia

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) cobrou quarta-feira providências do governo federal no sentido de reduzir o desemprego no país. Ela citou pesquisa da Fundação João Pinheiro, do governo de Minas Gerais, que mostra a existência de 197 mil desempregados e um aumento da taxa de desemprego, de 10,7% para 11,8%, na região metropolitana de Belo Horizonte.

- A pesquisa não é aleatória, afinal a fundação é um órgão oficial. E o mais grave é que essa alarmante realidade está atingindo todo o país. Não basta apenas a estabilidade econômica, que todos defendem, mas também é preciso dar emprego para os trabalhadores e distribuir a renda - considerou.

Na opinião de Júnia, a mais grave consequência do desemprego é o aumento da violência no Brasil, devido à entrada para a marginalidade dos excluídos do mercado de trabalho. Outro resultado do desemprego, apontado pela senadora, é o crescimento da economia informal. "Hoje, 10 milhões de brasileiros estão trabalhando sem carteira registrada, como camelôs ou biscates", afirmou.

Marina denuncia pressão de empresas na demissão de funcionário do Inbra

A senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou quarta-feira que a demissão do superintendente do Inbra no Acre, Raimundo de Araújo Lima, poderá gerar pela primeira vez no país "um acampamento de sem-terra em favor de um funcionário do governo".

Marina informou que mais de dez entidades de classe de trabalhadores enviaram documento ao ministro extraordinário para a Reforma Agrária, Raul Jungmann, pedindo a recondução do superintendente ao posto e exigindo explicações para a demissão.

- Não quero fazer juízo de valor, mas registro minha estranheza pela exoneração,



Marina Silva

porque todas as informações que temos indicam que o senhor Raimundo de Araújo Lima perdeu o cargo por causa de seu zelo com a coisa pública - disse Marina Silva. Os dirigentes de sindicatos de trabalhadores do Acre, conforme a senadora, sustentam que o superintendente foi demitido por pressão de empresas e políticos, cujos interesses teriam

sido contrariados.

LÁTEX

Marina Silva elogiou o trabalho que o Laboratório de Tecnologia Química da Universidade de Brasília vem fazendo para aproveitamento de recursos florestais da Amazônia e pelo desenvolvimento de um novo sistema de coagulação do látex da seringueira. O trabalho da universidade foi apresentado quarta-feira, em Brasília, a representantes de seringueiros, funcionários do Ibama e políticos.

O objetivo das pesquisas da Universidade de Brasília é encontrar meios de exploração econômica da floresta sem que haja sua derrubada.



Coutinho Jorge

Coutinho quer a criação de comissão de assuntos regionais

Projeto de resolução apresentado pelo senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) institui, no âmbito do Senado Federal, uma Comissão de Assuntos Regionais, Urbanos e de Meio Ambiente. Para o senador, as questões referentes ao desenvolvimento regional e urbano não vêm sendo contempladas de forma adequada por nenhuma das comissões permanentes da Casa.

- Acreditamos que a eficiência do Senado no trato de temas como meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e desenvolvimento regional crescerá significativamente a partir do instante em que eles forem objeto de uma comissão permanente específica - diz o senador na justificativa do projeto.

Ex-ministro do Meio Ambiente, Coutinho Jorge disse considerar um equívoco manter os assuntos ligados ao setor, em seu sentido amplo, sob a responsabilidade da Comissão de Assuntos Sociais, como acontece atualmente.

Coutinho Jorge alega ainda, na justificativa, que "todo o esforço governamental dirigido para as regiões menos desenvolvidas, sob a forma de investimentos e subsídios ao setor privado, gerou resultados muito aquém das expectativas da sociedade". Enquanto isso, acrescentou, "o processo de globalização ameaça aprofundar os desequilíbrios regionais afetando, inclusive, o equilíbrio federativo".

Alcântara propõe prioridade a áreas mais carentes do país

Critério seria utilizado pelo governo antes de formular programas e direcionar recursos, de forma a reverter as desigualdades regionais

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) pediu quarta-feira que o governo federal dê prioridade às áreas mais carentes, entre elas as zonas rurais do Nordeste, usando como parâmetro os indicadores sociais, antes de formular programas e direcionar recursos.

Ele citou o *Atlas Regional da Desigualdade*, publicado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que aponta o crescimento do desequilíbrio entre os estados. Na opinião do senador, essa desigualdade constitui "um entrave ao nosso desenvolvimento harmônico e à própria uni-

Lúcio Alcântara
dade nacional".

- O estudo indica que, no ano de 1994, o país apresentou um enorme desequilíbrio na renda *per capita*. Brasília detém o maior PIB *per capita* do Brasil, com um valor cinco vezes maior que o registrado nos cinco estados mais pobres da fe-

deração: Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, cujo valor anual é de R\$ 1 mil 500 - disse.

Segundo Lúcio Alcântara, somente a região Centro-Sul, com melhores condições de infra-estrutura, terá êxito com a abertura econômica advinda do Mercosul. "É preciso inserir, entre as prioridades, políticas regionais voltadas para a uniformização das condições de infra-estrutura, particularmente em regiões como o Nordeste que acumulam, há dezenas de anos, um grave atraso em comparação com o restante do país", defendeu.

Jefferson Peres defende novo modelo para a Zona Franca de Manaus

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) defendeu uma ampla e profunda reformulação do modelo da Zona Franca de Manaus (ZFM), já que o prazo constitucional para a vigência da estrutura de incentivos termina no ano 2013. Essa mudança teria por objetivo impedir que as indústrias lá instaladas abandonem a região e inaugurar uma nova linha de desenvolvimento, "baseada na distribuição mais equitativa dos frutos do progresso econômico e no respeito ao maior patrimônio ecológico do planeta".

Para o senador, o caminho a ser seguido é o de investir numa política específica para setores que hoje têm sua produção no Brasil quase que totalmente concentrada na região, como os eletrônicos e as motoci-



Jefferson Peres

quetas. Com isso, na avaliação do senador, seria possível "o estabelecimento de uma política creditícia mais eficiente e racional, bem como a atração de empresas produtoras de insumos, contribuindo para a elevação geral do nível de regionalização dos produtos".

MEDIDAS

Jefferson Peres defendeu também a adoção de um conjunto de medidas propostas pela Federação das Indústrias do Amazonas: aumento da escala de produção, amplia-

ção dos mercados, racionalização dos transportes, investimentos em educação básica, ensino médio profissionalizante, ciência e tecnologia, infra-estrutura adequada de energia elétrica, portos e comunicações e integração aos mercados dos países vizinhos e ao Caribe.

VONTADE

Essas medidas, segundo o senador, dependem não só da mobilização da vontade política e social das elites e do povo amazonenses, mas também de importantes definições em nível federal, como a aceleração do processo de reformas estruturais, especialmente a tributária, e uma tomada de posição mais clara do Brasil em relação aos acordos internacionais em andamento com o Mercosul, a União Européia e a Alca.

Ronaldo declama poesias em recital

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PR) na próxima quinta-feira (dia 3), às 18 horas, na Biblioteca



Ronaldo

do Senado, o recital *Poesias Inesquecíveis e uma Canção*, com acompanhamento musical de violão e flauta.

A apresentação é baseada no CD de poesias do senador - *50 Poemas de Amor e um Poema de Espera* - e faz parte do projeto *Quintas Culturais*, promovido pela biblioteca, com produção e direção de Maurício Silva e Liège Bertine.

IPC elege senador para presidência

O Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) elegeu nesta quarta-feira, 2 de abril, durante



Lobão

a sessão deliberativa do Senado, seu presidente e vice para o biênio 1997/98. O senador Edison Lobão (PFL-MA) é candidato único à presidência do órgão.

A eleição para esses cargos do IPC ocorre no início da primeira e terceira sessões legislativas.

Dutra tem projeto sobre sigilo bancário pronto para ser votado

Líder do Bloco Oposição defende que o governo deveria orientar suas lideranças, ao invés de se apropriar de idéias oposicionistas

O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), afirmou quarta-feira que o projeto, de sua autoria, estabelecendo regras para a quebra do sigilo bancário é idêntico ao que o governo federal anunciou que apresentará. O senador disse que, em respeito ao Legislativo e aos parlamentares de oposição, o presidente da República deveria orientar os líderes dos partidos governistas a votar o projeto em tramitação.

Apresentado originalmente em fevereiro de 1995, o projeto foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos



José Eduardo Dutra

(CAE) e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de onde voltou à CAE e lá se acha na dependência de parecer do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), para ser encaminhado ao plenário.

Conforme Dutra, o presidente da República e seus minis-

tros costumam dizer que a oposição só se ocupa em criticar o governo, sem apresentar propostas alternativas. No entanto, frisou, "mais uma vez vemos o Executivo se apropriar de projetos da oposição, como se fossem idéias originais do governo federal".

Ele relatou que, após elaborar seu projeto, procurou o apoio do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, que concordou com as regras nele definidas e ficou de analisar e enviar possíveis sugestões. Depois disso, o senador não recebeu qualquer manifestação do secretário.

Eduardo Suplicy considera insuficientes as medidas para conter déficit externo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou quarta-feira que as medidas adotadas pelo governo impondo restrições ao financiamento de importações nas operações de prazo inferior a um ano não são tranquilizadoras o suficiente quanto à evolução das contas externas do país.

Essas medidas, afirmou o senador, revelam um reconhecimento, por parte do governo, da importância crescente do dese-

quilíbrio comercial do balanço de pagamentos em conta corrente. Ele defendeu a necessidade de se promoverem as exportações, e de se evitar uma expansão exagerada das importações.

Para Suplicy, o aumento da taxa de juros nos Estados Unidos, anunciada dia 25, trará repercussões para o Brasil, "país que apóia a sua estratégia macroeconômica, de modo exagerado, na disponibilidade

de capitais externos".

- Se o aumento dos juros nos EUA for seguido de outros, ao longo dos próximos meses, a situação brasileira pode complicar-se substancialmente, devido ao aumento da despesa com os juros da dívida externa e maior dificuldade para atrair os capitais externos requeridos para financiar os desequilíbrios do balanço de pagamentos em conta corrente - frisou.

A SESSÃO DE QUARTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELAS SENADORAS JÚNIA MARISE E MARINA SILVA E PELOS SENADORES EDUARDO SUP LICY E JOSÉ FOGAÇA

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
 - Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral e Fernando Varela

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.